

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**  
**FORO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**  
**7ª VARA CÍVEL**

RUA ABDO MUANIS, 991, São José do Rio Preto - SP - CEP 15090-140  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006545-92.2020.8.26.0576**  
 Classe - Assunto: **Ação de Exigir Contas - Locação de Imóvel**  
 Requerente: **Agencia de Viagem** \_\_\_\_\_ Requerido: \_\_\_\_\_

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Luiz Fernando Cardoso Dal Poz**

Vistos.

\_\_\_\_\_ (NOME FANTASIA \_\_\_\_\_) ajuizou a presente **AÇÃO DE EXIGIR CONTAS** em face de \_\_\_\_\_

aduzindo, em síntese, que na qualidade de locatário de uma sala comercial, localizada no Praça Shopping, quer que o requerido preste contas, referente ao seu contrato locatício, desde 10/06/2015, tendo em vista que os balancetes, na forma como são enviados periodicamente, não conferem a clareza necessária para a conferência das despesas e seus valores.

Clamou pela procedência da ação para que o requerido preste as devidas contas.

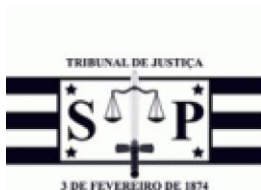
Regularmente citado, o requerido não ofereceu defesa (fls. 49).

**É o relatório.**

**Passo a decidir.**

A ausência de defesa técnica autoriza a aplicação do dispositivo previsto artigo 344 do Código de Processo Civil.

Regularmente citado dos termos e atos da ação, o requerido não se dignou em

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO****FORO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO****7ª VARA CÍVEL****RUA ABDO MUANIS, 991, São José do Rio Preto - SP - CEP 15090-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

contestá-la. Tornou-se revel no procedimento, fazendo presumir como verdadeiros os fatos articulados na inicial.

Portanto, a ação procede, de modo que sejam prestadas contas de forma contábil com devida especificação dos lançamentos, inclusive de encargos, sobre os valores cobrados a título de condomínio e fundo de promoção desde o início do contrato, ou seja, desde 10/06/2015, até a presente data.

Posto isso, julgo procedente o pedido e determino que o réu preste contas ao autor, em quinze dias, sob as penas da Lei, art. 550, § 5º, do Código de Processo Civil.

Arcará o requerido com as custas processuais, bem como honorários advocatícios que fixo em 10% do valor atribuído á causa, corrigido. P.I.

São José do Rio Preto, 12 de novembro de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**1006545-92.2020.8.26.0576 - lauda 2**